

CUT



FUP

# JORNAL DO SINDIPETRO

## PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXI | Nº 1360 | de 02 a 08/11/2015

# É GREVE!



Movimento nacional e por tempo indeterminado é a resposta dos petroleiros(as) ao descaso da Direção da Petrobrás com relação à Pauta pelo Brasil, conjunto de reivindicações que visa impedir o desmantelamento da empresa e recolocá-la no caminho do desenvolvimento. Mais de cem dias se passaram desde o início do processo negocial e até agora nenhuma resposta objetiva sobre os questionamentos acerca dos cortes de investimentos, insegurança, redução de efetivos, demissões em massa, interrupção de obras e cancelamento de projetos. A paciência se esgotou e agora é greve!



[WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR](http://WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR)

**Movimento Paredista**

# Petrobrás não quis ouvir; agora é greve!

Desrespeito e arrogância marcam a postura da direção da Petrobrás nas negociações



Mais de cem dias e nenhuma resposta efetiva da Direção da Petrobrás sobre a Pauta pelo Brasil, conjunto de reivindicações que visam impedir o desmantelamento da empresa e recoloca-la no caminho do desenvolvimento, esgotou a paciência da categoria. Os gestores simplesmente ignoram os trabalhadores, enquanto seguem vendendo ativos e patrimônios da empresa.

Na última tentativa de negociação, em reunião realizada na quarta-feira (28), no Edifício Sede da Petrobrás (Edise-RJ), não foram dadas respostas objetivas em relação aos questionamentos dos diretores da FUP e sindicatos filiados acerca do Plano de Negócios e Gestão (PNG), que prevê US\$ 57 bilhões em vendas de ativos e quase US\$ 80 bilhões em cortes de investimentos, gerando insegurança, redução de efetivos, demissões

em massa, interrupção de obras e cancelamento de projetos. São tantas notícias ruins que o PNG mais parece um plano para afundar a empresa do que para superar o momento de crise. Fato é que já afetou negativamente a vida de milhares de trabalhadores país afora. De acordo com estudos do próprio governo, para cada R\$ 1 bilhão que a Petrobrás deixa de investir no país, o efeito sobre o Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 2,5 bilhões. Se o PNG não for alterado, a estimativa é de 20 milhões de empregos deixarão de ser gerados até 2019.

Além de ignorar a Pauta pelo Brasil, os representantes da Petrobrás ainda tentaram impor na mesa de negociação a discussão da proposta da empresa de rebaixamento do Acordo Coletivo. A FUP reafirmou que o objetivo da reunião era debater a Pauta pelo Brasil, que foi aprovada

massivamente pela categoria, onde uma das cláusulas ressalta que os trabalhadores não aceitarão nenhum direito a menos. “A Federação Única dos Petroleiros e seus Sindicatos reforçam que não aceitarão qualquer retrocesso nos direitos adquiridos pelos trabalhadores”, afirma a Cláusula 13 da Pauta pelo Brasil.

Diante do impasse mais uma vez estabelecido pela Petrobrás, a FUP e seus sindicatos retiraram-se da reunião, reiterando que as negociações daqui para frente se darão durante a greve aprovada pelos petroleiros. A postura arrogante da empresa continua sendo a de desdenhar dos trabalhadores, desrespeitando os fóruns de deliberação da categoria. A resposta será dada na greve.

No dia seguinte, os representantes dos sindicatos e a FUP se reuniram para definir os próximos passos do movimento. A partir do início de

novembro, a categoria petroleira entrará em greve nacional. A greve, com parada e

controle de produção, será por tempo indeterminado e com avaliações diárias.

## Por que lutamos?

Impedir o desmonte da Petrobrás e das conquistas que a categoria e o povo brasileiro garantiram, após anos de luta. Esse é o objetivo central da luta que os petroleiros vêm travando pela revisão do PNG. As principais reivindicações estão expostas na Pauta pelo Brasil, onde os trabalhadores cobram a suspensão imediata do processo de privatização em curso na empresa e deixam claro que não aceitarão nenhum direito a menos. A pauta foi aprovada durante a 5ª Plenária Nacional da FUP, realizada entre 01 e 05 de julho, em Guararema (SP), e protocolada na Petrobrás no dia 07 de julho.

- Manutenção da Petrobrás como uma empresa integrada e indutora do desenvolvimento nacional;
- Suspensão da venda de ativos e conclusão das obras do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), da Refinaria Abreu e Lima (PE) e da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Mato Grosso do Sul (Fafen-MS);
- Preservação da política de conteúdo nacional, com construção de navios e plataformas no Brasil;
- Garantia de que as riquezas do pré-sal sejam exploradas pela Petrobrás, em benefício do povo brasileiro;
- Implementação de uma nova política de saúde e segurança que garanta o direito à vida e rompa com o atual modelo de gestão que já matou 16 trabalhadores só este ano;
- Recomposição dos efetivos;
- Preservação de todos os direitos conquistados pelos trabalhadores.

**Conjuntura**

# A árdua luta dos petroleiros e petroleiras

É público e notório que a Petrobrás vem sofrendo uma onda de duros ataques na mídia e no Congresso Nacional há mais de um ano. As denúncias de corrupção investigadas pela Operação Lava Jato, que prendeu ex-diretores da estatal e vários executivos de empreiteiras, serviu de combustível para a campanha articulada que visa sujar a imagem da empresa e abrir o caminho para a sua privatização.

O movimento sindical petroleiro sempre deixou claro que os casos de corrupção devem ser investigados com exatidão e os envolvidos nos maus feitos tem que ser punidos no rigor da lei. Todavia, as investigações não podem significar a paralisação da empresa. O resultado, até agora, parece ser esse mesmo. Todas as grandes obras da Petrobrás foram suspensas, como o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), a Refinaria Abreu e Lima (PE) e a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Mato Grosso do Sul (Fafen-MS). Isso representou uma série de demissões em massa nas empreiteiras que prestam serviços à Petrobrás e afetou a vida de milhares de trabalhadores.

Para piorar a situação, o preço do barril despencou no mercado internacional por disputas geopolíticas do setor, principalmente entre EUA x OPEP, e a Petrobrás sob o comando de Aldemir Bendine fez uma revisão brusca no seu Plano de Negócios e Gestão (PNG)

para o período 2015-2019, com redução de 37% nos investimentos na comparação com o plano anterior, de 2014 a 2018. Isso representa menos recursos em áreas importantes, como SMS e manutenção. Além disso, a meta da atual gestão da empresa é vender bens patrimoniais e outros ativos no total de US\$ 57,7 bilhões. A bem da verdade, o novo plano de negócios é um processo de privatização e dismantelamento da Petrobrás.

O cenário ficou ainda mais grave com os ataques vindo do Congresso Nacional. O senador José Serra (PSDB/SP) apresentou o Projeto de Lei 131/2015 que tira a Petrobrás da função de operadora exclusiva do pré-sal e acaba com sua participação mínima de 30% nos campos licitados. Outros dois Projetos de Lei que prejudicam a soberania nacional correm em paralelo na Câmara dos Deputados, visando acabar com o regime de partilha de produção do pré-sal, que assegura ao Estado brasileiro parte importante desse petróleo. O PL 6726/13, do deputado Mendonça Filho (DEM/PE), retoma o modelo ultrapassado de concessão. Outro projeto de lei para acabar com o regime de partilha foi proposto pelo deputado Jutahy Junior (PSDB/BA). Uma campanha em curso para tirar as grandes reservas de petróleo do controle do estado e deixa-las nas mãos do setor privado.

Diante desta conjuntura amplamente desfavorável e

da inoperância da gestão e do governo, restou aos petroleiros a missão de defender a Petrobrás como empresa estatal, patrimônio do povo brasileiro e indutora do desenvolvimento econômico e social do país. Desde o início do segundo semestre, os dirigentes sindicais

tem feito manifestações e articulações com parlamentares para barrar os projetos entreguistas. Uma importante vitória

foi a retirada do regime de urgência do PLS 131.

Outro ponto importante nesta luta foi a constituição de Frentes Parlamentares em Defesa da Petrobrás. O Sindipetro PR e SC organizou audiências públicas sobre o tema e conseguiu formar frentes na Assembleia Legis-



lativa do Paraná e na de Santa Catarina, bem como nas Câmaras de Vereadores de Curitiba, São Mateus do Sul e Araucária.

**Restou aos petroleiros a missão de defender a Petrobrás como empresa estatal, patrimônio do povo brasileiro e indutora do desenvolvimento econômico e social do país.**

Dentro de todo esse contexto, os petroleiros brigam para impedir o desmonte da Petrobrás e das conquistas que a categoria e o povo brasileiro garantiram após anos de luta. Esse é o objetivo central da luta que os petroleiros vêm travando pela revisão do PNG. As principais reivindicações estão expostas na Pauta pelo Brasil, onde os trabalhadores

cobram a suspensão imediata do processo de privatização em curso na empresa e deixam claro que não aceitarão nenhum direito a menos. A pauta foi aprovada durante a 5ª Plenária Nacional da FUP, realizada entre 01 e 05 de julho, em Guararema (SP), e protocolada na Petrobrás no dia 07 de julho. Como a empresa até agora não deu respostas satisfatórias e, pior, tenta impor a negociação do ACT com redução de direitos, não resta alternativa a não ser uma greve forte, por tempo indeterminado e nacionalmente unificada. O momento é ruim, porém passageiro. A Petrobrás é muito maior que essa crise e com a luta vamos superar a instabilidade.

## Petrobrás desrespeita trabalhadores e MPT

Em mais uma atitude arrogante e desprezível, a direção da Petrobrás não compareceu à audiência com o Ministério Público do Trabalho (MPT), realizada na quinta-feira (29), no Rio de Janeiro, com a participação da FUP e de seus sindicatos. "A ausência da empresa reflete o desinteresse em buscar uma solução negociada no que diz respeito às questões levantadas pela Federação e principalmente sobre o regramento da greve", ressaltou o MPT na ata da audiência.

Diante do impasse estabelecido pelo silêncio da Petrobrás em relação à Pauta pelo Brasil, a FUP e seus sindicatos comunicaram ao Ministério Público que a categoria petroleira entrará em greve nacional, a partir deste início de novembro. A greve, com parada e controle de produção, será por tempo indeterminado e com avaliações diárias.

Na audiência com o MPT, a FUP ressaltou que o Plano de Negócios e Gestão da Petrobrás afeta drasticamente a sociedade brasileira e a vida de milhares de trabalhadores que estão sendo demitidos pelo país afora.

A Federação também voltou denunciar para o MPT as ações antissindicais da Petrobrás e cobrou que a Lei de Greve seja cumprida não só pelos trabalhadores, como também pelos gestores da empresa. Em reunião no dia 08 com a Procuradoria Geral do Trabalho, a empresa, cinicamente, ainda negou as arbitrariedades que comete para tentar impedir a greve dos trabalhadores. A FUP e seus sindicatos reiteraram para o Ministério Público que não admitirão que companhia financie equipes de contingências para tentar impedir o legítimo direito de greve da categoria, como tem feito historicamente, com a anuência da justiça.

## Privatização

# Gaspetro: um negócio da China... Para os japoneses!

Pense em um bom negócio! Mesmo assim, é difícil de imaginar um investimento que rende bilhões poder ser totalmente recuperado em pouco mais de dois anos. Parece difícil de achar no mercado? Não na Petrobras do Aldemir Bendine, conhecido na categoria petroleira como "Vendine". O presidente da empresa segue com suas negociações para desintegrar a estatal e jogar grande parte do seu patrimônio nas mãos do capital privado internacional. Até 2019, o Plano de Negócios e Gestão (PNG) da Direção da Petrobrás pretende vender R\$ 57,7 bilhões em ativos e patrimônio.

Na última sexta-feira (23), após a reunião do Conselho de Administração da Petrobrás, foi anunciada a venda de 49% das ações da Gaspetro, subsidiária que tem participações em 19 distribuidoras de gás natural canalizado no país, à multinacional japonesa Mitsui por apenas R\$ 1,9 bilhões. No mês passado, a Gaspetro foi avaliada em US\$ 1,3 bilhão, ou mais de R\$ 5 bilhões, pelos bancos JP Morgan e Brasil Plural.

Considerando que o lucro da subsidiária em 2014 foi



**1/2**  
**Gaspetro** **por R\$**  
**1,9 bilhão**

**Avaliação do valor de mercado pelos bancos JP Morgan e Brasil Plural:**  
set/2015

**R\$ 5 bilhões**

**Lucro da Gaspetro/2014:**  
**R\$ 1,6 bilhão**

**em apenas 2 anos e 4 meses os japoneses da Mitsui recuperarão todo o investimento da compra de metade da Gaspetro.**

**Petroleiros vão tentar melar o negócio ~~da China~~ do Japão na Justiça**

de R\$ 1,6 bilhão, os japoneses da Mitsui levarão apenas 2 anos e 4 meses para recuperar todo o investimento, ou ainda menos, pois tudo que é privatizado sofre altos preços. Uma pechincha e um baita negócio, para os japoneses. Enquanto isso, os brasileiros veem sua maior empresa, responsável por grande parte do desenvolvimento econômico e social do país, ser desmantelada. O mercado agradece e o povo lamenta.

Pessoalidade na venda? Em março de 2015, as notícias sobre a possível venda de parte da Gaspetro foram publicadas nas editoriais de economia de diversos jornais do país. Em abril, Murilo Ferreira, diretor-presidente da Vale, foi nomeado presidente do Conselho de Administração da Petrobrás e, em junho, a japonesa Mitsui Gás foi cotada como provável compradora da subsidiária. No mês de setembro, com o negócio já encaminhado

para a aprovação do C.A da Petrobrás, o seu presidente, Murilo Ferreira, pediu licenciamento do conselho.

Será possível que Murilo tenha presidido o Conselho de Administração da maior empresa de energia do país para garantir o favorecimento do grupo Mitsui, de quem a Vale é parceira em uma série de empreendimentos?

Para tudo!

A ação judicial impetrada pela assessoria jurídica da

FUP, pede a paralisação da venda da Gaspetro, sob pena de uma multa de R\$ 1 milhão por dia de descumprimento. Além disso, a ação requer a íntegra de todas as atas do Conselho de Administração da Ré, a partir de 1º de março de 2015; toda a documentação, inclusive estudos prévios, relativa à venda de parte do capital acionário da Gaspetro; e a troca de correspondências empreendida entre a Ré e o Grupo Mitsui, relativa ao tema.